

HABEAS CORPUS Nº 567.756 - RJ (2020/0072105-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : PATRICIA CARVALHO FALCAO E OUTRO
ADVOGADOS : PATRICIA CARVALHO FALCÃO - RJ154256
JULIANE RODRIGUES FREIRE - RJ222556
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MARILENE DE SOUZA FREITAS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARILENE DE SOUZA FREITAS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Apelação n. 0076551-23.2017.8.19.0001, de relatoria do Desembargador Antonio José Ferreira Carvalho).

Consoante se extrai dos autos, a paciente foi denunciada pela suposta prática dos crimes previstos no art. 2º, § 2º, da Lei n. 12.850/2013 (integrar organização criminosa) e no art. 158, § 1º, do Código Penal (extorsão), por 40 (quarenta) vezes, isso porque, segunda narra a denúncia (e-STJ fls. 32/34, 50, 71/72, 75):

[...] em data cujo termo a quo não se pode precisar, mas sendo certo que a permanência do fato-crime se protraí pelo menos até a presente data, na Ilha do Governador, nesta Comarca, os denunciados: FERNANDO GOMES FREITAS, vulgo "FERNANDINHO GUARABU"; ANTONIO EUGÊNIO DE SOUZA FREITAS, vulgo "BATORÉ"; JACKSON DE SOUZA FREITAS; MARILENE DE SOUZA FREITAS; MARIZA EUGÊNIA DE FREITAS; FABIANA RUFINO CARLOS DE SOUZA FREITAS; ALEX LOBATO RAMOS, vulgo "CHUPETA"; ALESSANDRE FERREIRA GALLO, vulgo "GORDINHO"; ADAMOR JÚNIOR LOPES PORTAL e EVERALDO RODRIGUES, de forma livre e consciente, em perfeita comunhão de ações e desígnios entre si e juntamente com outros indivíduos ainda não plenamente identificados, constituíram, organizaram, integraram e promoveram organização criminosa, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem econômica, mediante a prática de incontáveis crimes de extorsão (Art. 158, § 1º do Código Penal).

A investigação que lastreia a presente peça acusatória verificou que este núcleo da associação criminosa atua no controle direto do transporte de pessoas, vulgarmente conhecido como "alternativo", realizado por meio de Vans e Kombis que executam as linhas Bananal/Portuguesa; Bananal/Bonsucesso; Ribeira/Portuguesa; Bancários/Bonsucesso; Bananal/Vila da Penha; Bancários/Aeroporto; Bananal/Vila Kosmos; Ribeira/Aeroporto; Ribeira/Portuguesa; Bancários/Jardim Guanabara;

Superior Tribunal de Justiça

Bancários/Ribeira; Bancário/Vila Joaniza; Bananal/Vila Joaniza.

O referido controle se dá por meio de extorsões direcionadas a todos os motoristas/proprietários de Vans e Kombis, legalizados ou "piratas", que queiram circular pelo referido bairro, sob pena de terem seus veículos incendiados, ou mesmo tomados e levados para o interior da Favela do Dendê, somente sendo devolvidos após o pagamento dos valores exigidos.

A indevida vantagem econômica obtida por meio do constrangimento dos motoristas e proprietários de Vans e Kombis, sempre com o emprego de violência ou grave ameaça e preferencialmente com o uso de armas de fogo, atinge o valor semanal de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por veículo e, via de regra, é coletada nos pontos finais das linhas de Vans e Kombis.

O recolhimento do produto do crime é feito por "cobradores" que integram a malta criminoso e controlam, por meio de anotações contendo as placas dos veículos, aqueles que estão "habilitados" a circular pela Ilha do Governador e aqueles que devem ser "travados" (expressão usada pelos próprios criminosos em diálogos captados com autorização judicial).

Ainda segundo as investigações, em data cujo termo a quo não se pode precisar, mas certamente ao longo do ano de 2014 e até outubro de 2015, as extorsões foram praticadas por este núcleo do grupo criminoso que se valia da cobertura da Cooperativa Shalon Fiel, que em verdade servia como uma espécie de fachada para justificar a cobrança dos valores extorquidos dos motoristas.

Vale destacar que mesmo após o encerramento das atividades da cooperativa em novembro de 2015, as extorsões continuaram a ser realizadas pelo grupo criminoso, mas agora sem a utilização de uma história cobertura.

[...]

Já no que diz respeito às denunciadas: MARILENE DE SOUZA FREITAS e MARIZA EUGÊNIA DE FREITAS restou apurado que ambas desempenhavam uma função de menor destaque dentro da organização criminoso, eis que não tinham poder de mando. Não obstante, suas atuações eram determinantes para o sucesso da empreitada criminoso, eis que forneciam todo o apoio logístico e administrativo para o gerenciamento da empresa criminoso.

Verifica-se dos elementos de prova carreados aos autos que as ora denunciadas desempenhavam funções chave na administração da Cooperativa, recebendo os valores recolhidos pelos "fiscais de rua" (coletores dos valores extorquidos); alimentando planilhas de controle e alertando aos seus superiores acerca de eventuais motoristas em "atraso" com os pagamentos, de forma que estes pudessem direcionar as cobranças e, eventualmente, impedir a circulação dos veículos com débitos.

[...]

111.2 - No mesmo sentido, restou apurado que entre os meses de novembro de 2015 e fevereiro de 2016, na Ilha do Governador, mais precisamente na localidade conhecida como "200", no morro dos

*Bancários, os denunciados FERNANDO GOMES FREITAS, vulgo "FERNANDINHO GUARABU"; ANTONIO EUGÊNIO DE SOUZA FREITAS, vulgo "BATORÉ"; JACKSON DE SOUZA FREITAS; **MARILENE DE SOUZA FREITAS**; MARIZA EUGÊNIA DE FREITAS; FABIANA RUFINO CARLOS DE SOUZA FREITAS; ALEX LOBATO RAMOS, vulgo "CHUPETA"; ALESSANDRE FERREIRA GALLO, vulgo "GORDINHO"; ADAMOR JÚNIOR LOPES PORTAL e EVERALDO RODRIGUES, agindo de forma livre e consciente, em perfeita comunhão de ações e desígnios entre si e com terceiras pessoas não identificadas, constrangeram o motorista Leonardo Abreu Ferreira, mediante grave ameaça exercida com o uso de armas de fogo e com o intuito de obter, para si ou para outrem, indevida vantagem econômica, a efetuar o pagamento semanal da quantia de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), para que fosse "autorizado" a circular na Ilha do Governador, apesar de já possuir permissão do Poder Público concedente.*

*111.3 - De igual forma, restou apurado que entre os meses de novembro de 2015 e junho de 2016, na Ilha do Governador, mais precisamente na localidade conhecida como "200", no morro dos Bancários, os denunciados FERNANDO GOMES FREITAS, vulgo "FERNANDINHO GUARABU"; ANTONIO EUGÊNIO DE SOUZA FREITAS, vulgo "BATORÉ"; JACKSON DE SOUZA FREITAS; **MARILENE DE SOUZA FREITAS**; MARIZA EUGÊNIA DE FREITAS; FABIANA RUFINO CARLOS DE SOUZA FREITAS; ALEX LOBATO RAMOS, vulgo "CHUPETA"; ALESSANDRE FERREIRA GALLO, vulgo "GORDINHO"; ADAMOR JÚNIOR LOPES PORTAL e EVERALDO RODRIGUES, agindo de forma livre e consciente, em perfeita comunhão de ações e desígnios entre si e com terceiras pessoas não identificadas, constrangeram o motorista Luciano Venâncio Machado, mediante grave ameaça exercida com o uso de armas de fogo e com o intuito de obter, para si ou para outrem, indevida vantagem econômica, a efetuar o pagamento semanal da quantia de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), para que fosse "autorizado" a circular na Ilha do Governador, apesar de já possuir permissão do Poder Público concedente.*

Registre-se que os pagamentos efetuados pelas vítimas não eram opcionais, nem tampouco voluntários, eis que decorriam de constantes e regulares ameaças, exercidas preferencialmente com o emprego de armas de fogo.

O não pagamento dos valores exigidos acarretava a "proibição" do motorista "devedor" de circular com seu veículo pela Ilha do Governador, sendo certo que a desobediência às determinações do grupo criminoso implicava no "confisco" dos veículos, até a integral quitação dos valores exigidos, ou mesmo a sua destruição.

[...]

*As denunciadas **MARILENE DE SOUZA FREITAS**; MARIZA EUGÊNIA DE FREITAS e FABIANA RUFINO CARLOS DE SOUZA FREITAS, tendo ciência das extorsões, concorreram eficazmente para a consumação, na medida em que desempenhavam funções de administração dentro da empresa criminoso e que se mostravam fundamentais para a consecução do intento criminoso, já*

que detinham o controle funcional de parte relevante dos fatos.

Competia às denunciadas exercer a gestão financeira dos valores obtidos com as extorsões, bem como receber e organizar as planilhas de controle de pagamento dos motoristas, não sendo raras as vezes em que eram consultadas pelos fiscais que se encontravam nos pontos finais da Vans para esclarecer quais os valores exatos que deveriam ser cobrados de cada motorista, ou mesmo se os motoristas estavam em atraso com o pagamento de valores de semanas pretéritas.

No primeiro grau de jurisdição, a paciente foi condenada, por infração ao art. 2º, § 2º, da Lei n. 12.850/2013 (integrar organização criminosa) e ao art. 158, § 1º, do Código Penal (extorsão), por 40 (quarenta) vezes, na forma do art. 69 do Código Penal, à pena de 248 (duzentos e quarenta e oito) anos e 3 (três) meses de reclusão, a ser inicialmente cumprida em regime fechado, além do pagamento de 621 (seiscentos e vinte e um) dias-multa (e-STJ fls. 104/764).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação no Tribunal de origem, que lhe deu parcial provimento para fixar a pena da ora paciente em 27 (vinte e sete) anos e 9 (nove) meses de reclusão, a ser inicialmente cumprida em regime fechado, além do pagamento de 70 (setenta) dias-multa. Eis a ementa do mencionado acórdão (e-STJ fls. 465/769).

APELAÇÃO – CRIMES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, DE “LAVAGEM” OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES, DE EXTORSÃO COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO, DE INCÊNDIO E DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO COM CAUSA DE AUMENTO DE PENA REFERENTE AO EMPREGO DE ARMA DE FOGO - APELANTES DENUNCIADOS APÓS MINUCIOSA INVESTIGAÇÃO REALIZADA PELO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (GAECO), VISANDO DESMANTELAR BANDO CRIMINOSO, SOB A LIDERANÇA DE CONHECIDO MARGINAL DA LEI QUE DOMINAVA O TRÁFICO DE DROGAS E PRÁTICA DE OUTROS CRIMES NA ILHA DO GOVERNADOR/RJ, E UMA DAS PRINCIPAIS LIDERANÇAS DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DENOMINADA “TCP- TERCEIRO COMANDO PURO” - PRELIMINARES DEFENSIVAS ARGUINDO A NULIDADE DA SENTENÇA POR VIOLAÇÃO À LEI Nº 9296/96, ILICITUDE DAS PROVAS, EM ESPECIAL AS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS, PROVA EMPRESTADA E AÇÃO CONTROLADA SEM AUTORIZAÇÃO, NULIDADE DOS ATOS PRATICADOS EM RAZÃO DA PRISÃO, PELO USO INJUSTIFICADO DE ALGEMAS E FALTA DE ATRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL DA SECRETARIA DE INTELIGÊNCIA PARA PROCEDER A ATOS INVESTIGATÓRIOS - PRELIMINARES JÁ ANALISADAS E

DEVIDAMENTE RECHAÇADAS PELO DOUTO MAGISTRADO SENTENCIANTE E AQUI RATIFICADAS – PREFACIAIS REJEITADAS – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO APELANTE ANTÔNIO EUGÊNIO DE SOUZA FREITAS, COM FULCRO NO ARTIGO 107, I DO CÓDIGO PENAL, EM RAZÃO DE SUA MORTE QUE SE RATIFICA – GRUPO CRIMINOSO FORTEMENTE ARMADO, ESTRUTURADO, TENDO CADA INTEGRANTE FUNÇÕES ESPECÍFICAS DENTRO DA ASSOCIAÇÃO, VISANDO A PRÁTICA EXTORSÕES AOS MOTORISTAS DE “TRANSPORTE ALTERNATIVO”, TRÁFICO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, LAVAGEM DE CAPITAIS E CORRUPÇÃO ATIVA, NO BAIRRO DA ILHA DO GOVERNADOR, NESTA COMARCA – CONGLOMERADO CRIMINOSO DIVIDO EM TRÊS NÚCLEOS COM FUNÇÕES PRÉ-ESTABELECIDAS - DESCABIDAS AS PRETENSÕES ABSOLUTÓRIAS SOB ALEGAÇÃO DE FRAGILIDADE PROBATÓRIA - MATERIALIDADE AMPLAMENTE DEMONSTRADA PELA FARTA DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS – AUTORIAS SOBEJAMENTE DEMONSTRADAS – CONJUNTO PROBATÓRIO MUSCULOSO PARA SUSTENTAR UM JUÍZO DE CENSURA PARA TODOS OS APELANTE - DEPOIMENTOS COESOS E HARMÔNICOS DOS POLICIAIS QUE EFETUARAM A PRISÃO – VALIDADE – SÚMULA Nº 70 DO TJERJ - COMPROVAÇÃO INEQUÍVOCA DE UM GRANDE ESQUEMA CRIMINOSO QUE VISAVA OBTER, DIRETA OU INDIRETAMENTE, VANTAGEM ECONÔMICA, ATRAVÉS DE EXTORSÃO, MEDIANTE ATOS DE AMEAÇA E VIOLÊNCIA EM FACE DOS MOTORISTAS QUE SE RECUSASSEM A EFETUAR O PAGAMENTO DE R\$ 350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS), POR VEÍCULO, QUE FAZIA “TRANSPORTE ALTERNATIVO” EM VANS E KOMBIS, NA ILHA DO GOVERNADOR – CORRETO O JUÍZO DE CENSURA – DOSIMETRIA QUE MERECE ALGUNS REPAROS – AFASTAMENTO DA PENA-BASE SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO PARA TODOS OS APELANTE, PORÉM EXCESSIVO – CONTINUIDADE DELITIVA ENTRE OS DELITOS DE EXTORSÃO QUE SE RECONHECE – DOIS OU MAIS CRIMES DE MESMA ESPÉCIE PRATICADOS, NAS MESMAS CONDIÇÕES DE TEMPO E LUGAR E COM O MESMO MODUS OPERANDI - FORMA QUALIFICADA DE CONTINUIDADE DELITIVA, PREVISTA NO ARTIGO 71, PARÁGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO PENAL, HAJA VISTA A PLURALIDADE DE VÍTIMAS E A GRAVE AMEAÇA EXERCIDA CONTRA ELAS – PRELIMINARES REJEITADAS – PARCIAL PROVIMENTO AOS RECURSOS DEFENSIVOS PARA ESTABELECE A RESPOSTA PENAL PARA O 12º APELANTE EM 33 (TRINTA E TRÊS) ANOS, 04 (QUATRO) MESES, 15 (QUINZE) DIAS DE RECLUSÃO E 87 (OITENTA E SETE) DIAS-MULTA, NO VALOR UNITÁRIO MÍNIMO LEGAL; PARA 2ª APELANTE, 3º APELANTE, 5º APELANTE, 11º APELANTE, 10º APELANTE, 9º APELANTE E 6º APELANTE EM 27 (VINTE E SETE) ANOS E 09 (NOVE) MESES DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDA EM REGIME FECHADO, E 70 (SETENTA) DIAS-MULTA, NO VALOR UNITÁRIO MÍNIMO LEGAL; PARA 4ª APELANTE EM 04 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO, A SER

CUMPRIDA EM REGIME ABERTO, E 13 (TREZE) DIAS-MULTA, NO VALOR UNITÁRIO MÍNIMO LEGAL, SUBSTITUÍDA POR DUAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, CONSISTENTES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE; PARA 7º APELANTE E 8º APELANTE EM 06 (SEIS) ANOS E 09 (NOVE) MESES DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDA EM REGIME FECHADO, E 22 (VINTE E DOIS) DIAS-MULTA, NO VALOR UNITÁRIO MÍNIMO LEGAL; PARA 13º APELANTE E 14º APELANTE EM 07 (SETE) ANOS E 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDA EM REGIME FECHADO, E 1750 (MIL SETECENTOS E CINQUENTA) DIAS-MULTA, NO VALOR UNITÁRIO MÍNIMO LEGAL – PERMANECENDO ÍNTEGROS OS PRESSUPOSTOS ELENCADOS NO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, NÃO HÁ QUE SE COGITAR A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ARTIGO 319 DO MESMO DIPLOMA LEGAL, RAZÃO PELA QUAL DEVEM SER MANTIDAS AS CUSTÓDIAS DOS APELANTES, EXCETUANDO-SE, TODAVIA, NO QUE SE REFERE À 3ª APELANTE E À 4ª APELANTE - EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA, SE POR AL NÃO ESTIVER PRESA, EM FAVOR DA 4ª APELANTE – DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA EM RELAÇÃO AOS DEMAIS CONDENADOS PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL.

No presente writ, a defesa afirma que "*a impetrante possui Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) – relatório médico em anexo, o qual ataca o sistema imunológico, sendo este sistema responsável por defender o organismo de doenças*" (e-STJ fl. 4).

Assevera que "*diante da crise gerada pela pandemia do Coronavírus (COVID-19) em diversas partes do mundo em que há uma projeção de que quatro mil pessoas possam estar contaminadas com o vírus no Brasil nos próximos 15 dias. Logo, há grandes chances de ocorrer uma contaminação generalizada nas cadeias públicas, inclusive o Estado do Rio de Janeiro hoje contam com 49 casos confirmados, com tendência a aumentar, portanto, a impetrante tem grandes chances de ser contaminada caso vá cumprir a sua pena em regime inicialmente fechado, isto porque a mesma faz parte do grupo de risco por ser soropositivo, logo possui sistema imunológico mais debilitado que as pessoas sem HIV*" (e-STJ fls. 4/5).

Sustenta que "*é imprescindível a concessão da PAD [prisão albergue domiciliar] à impetrante em razão da pandemia do coronavírus (COVID-19), pois ela faz parte do grupo de risco por ser portadora de HIV, sendo esta uma doença crônica e*

grave" (e-STJ fl. 5).

Por isso, requer, inclusive liminarmente, que seja concedido à paciente a prisão domiciliar (e-STJ fls. 3/8).

É, em síntese, o relatório.

Pois bem. A despeito do esforço da diligente defesa, observo que a questão da concessão de prisão domiciliar em razão da propagação do novo coronavírus (Covid-19) não foi enfrentada pelas instâncias ordinárias (Juízo das Execuções e Tribunal de origem), tendo sido apresentada de forma inédita no Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma esta Corte não pode conhecer da questão, sob pena de indevida supressão de instância e violação aos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal.

Ao discorrer sobre o tema, BRASILEIRO vaticina com clareza que se revela *"inviável, portanto, o pedido de julgamento de habeas corpus per saltum, ou seja, o julgamento do remédio heroico pelas instâncias superiores sem prévia provocação das instâncias inferiores acerca do constrangimento ilegal à liberdade de locomoção, sob pena de verdadeira supressão de instância e consequente violação do princípio do duplo grau de jurisdição"* (LIMA, Renato Brasileiro. Manual de processo penal: volume único. 4. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016, p. 2.470).

Percebe-se a incompetência desta Corte Superior para o processamento e julgamento deste writ, já que inexistente ato a ser imputado à autoridade coatora, nos termos do art. 105, I, alínea "c", da Constituição Federal bem como do art. 13, I, alínea "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. CONDENAÇÃO. PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. COGNIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. FIXAÇÃO DO REGIME ABERTO. IMPOSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS CONCRETOS A FIGURAR EM DEMÉRITO DO PACIENTE. REGIME FECHADO. DESPROPORCIONALIDADE. PENA INFERIOR A 4 ANOS. REGIME SEMIABERTO. RAZOABILIDADE. PARCIAL CONHECIMENTO E, NESTA PARTE, CONCESSÃO DA ORDEM, EM MENOR EXTENSÃO.

1. Não é possível a cognição do writ por este Sodalício quanto ao pleito de substituição da pena privativa de liberdade por restritivas

de direitos, sob pena de indevida supressão de instância, porquanto não foi objeto de análise pelo Tribunal estadual.

[...]

3. Habeas corpus parcialmente conhecido e, nesta parte, concedido, em menor extensão, a fim de fixar o regime inicial semiaberto para o cumprimento da reprimenda corporal imposta ao paciente (HC 398.456/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017).

HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. ART. 15 E 16 DA LEI N. 10.826/2003. ART. 2º, § 2º, DA LEI N. 12.850/2013. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. INÉPCIA DA PEÇA ACUSATÓRIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PARECER ACOLHIDO.

[...]

3. A questão da inépcia a peça acusatória, assim como do trancamento da ação penal, não foi objeto de apreciação pela Corte estadual quando do julgamento do writ originário. Assim, a análise pelo Superior Tribunal de Justiça implicaria indevida supressão de instância.

4. Ordem denegada (HC 379.867/PI, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 13/06/2017).

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. [...] SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

10. O direito de recorrer em liberdade não foi objeto de discussão pela Corte de origem, motivo pelo qual se evidencia a incompetência deste Superior Tribunal de Justiça para apreciar o aludido tema posto no writ e a consequente supressão de instância.

[...] (HC 278.542/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 4/8/2015, DJe 18/8/2015).

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL, ORDINÁRIO OU DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. CRIME DE TORTURA. NULIDADE DECORRENTE DO FATO DE O ADVOGADO DO PACIENTE, AO FINAL DA AÇÃO PENAL, TER PASSADO À CONDIÇÃO DE ASSISTENTE DA ACUSAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REGIME PRISIONAL FECHADO. PREVISÃO LEGAL DECLARADA INCONSTITUCIONAL PELO STF. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE

Superior Tribunal de Justiça

OFÍCIO.

[...]

2. As alegações de nulidade decorrente do fato de o advogado do paciente, ao final da ação penal, ter passado à condição de assistente da acusação não foi enfrentada no acórdão combatido, o que impede a análise da matéria pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância. Precedentes.

[...] (HC 272.125/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 12/05/2016).

Ademais, vale mencionar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio, no bojo da ADPF n. 347. No julgamento foi alertado pelo Ministro Luiz Edson Fachin que "*o Judiciário não tem atribuição de induzir uma forma atípica de indulto*". Já a Ministra Carmem Lúcia afirmou que "*vivemos uma situação em que a menor judicialização possível fará melhor para o sistema do que a intervenção*".

É de relevo pontuar, também, que o Poder Público não se quedou inerte diante da situação. O Conselho Nacional de Justiça já publicou a Recomendação n. 62, que adotou medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde também publicaram a Portaria Interministerial n. 7, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação emergencial.

Tal o contexto, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator